



## Câmara dos Deputados

# COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**REQUERIMENTO N°\_\_\_\_\_, DE 2015**  
(Das Sras. Erika Kokay e Janete Capiberibe)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) para discutir o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que trata da violência contra os povos indígenas, dados de 2014.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que trata da violência contra os povos indígenas, dados de 2014.

Para tanto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).
- Representante do Ministério da Justiça.
- Representante da FUNAI.
- Representante indígena de Mato Grosso do Sul.
- Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

## JUSTIFICATIVA

No dia 19 de junho, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi lançado documento que revela a dramática situação dos Povos Indígenas brasileiros. Na forma de relatório, o documento, “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, apresenta dados de 2014 de uma guerra declarada contra esse segmento.

Conforme o documento, o Estado brasileiro, os poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário, parecem empenhados em extinguir direitos indígenas conquistados ao longo da história e gerar fatos que podem levar ao extermínio desses povos. O relatório informa, ainda, que os 519 empreendimentos implantados ou em implantação no país afetam diretamente 437 aldeias indígenas.

A violência não é somente de ordem física. No Congresso Nacional, observa o documento, tramitam dezenas de propostas que objetivam tirar direitos indígenas, suprimir suas terras, permitir o usufruto das suas riquezas naturais por entes privados, vetar a demarcação de novas terras indígenas.

O quadro atual é de insegurança total para os indígenas, o que estimula os discursos racistas e discriminatórios, a segregação social e, por fim, as agressões físicas. O relatório critica a omissão do Poder Público no cumprimento do seu dever constitucional de fazer a defesa dos povos indígenas, bem como as ações políticas ou repressivas deflagradas contra os índios. O documento cita vários casos de abuso de poder cometidos pela Polícia Federal e Polícia Militar ao lidar com a questão indígena.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) há uma tentativa de genocídio dos povos indígenas deflagrada pelo setor privado que ambiciona tomar posse das terras indígenas, utilizando-as para a produção agropecuária ou mineração.

Como consequência deste quadro político declaradamente contrário aos direitos indígenas, a violência se manifesta nas aldeias e nas praças. Conforme o documento do CIMI, em 2014 ocorreram 248 casos de agressões aos índios, resultando em 70 mortos. O suicídio, infelizmente, tornou-se rotina: foram 135 casos somente no ano passado.

O suicídio resulta de uma série de fatores, incluindo a destruição da sua cultura e da sua cosmogonia; a destruição da identidade; falta de terra; discriminação social; baixa autoestima; falta de assistência à saúde; alcoolismo. Fatores como este e mais a falta de uma atenção à saúde fazem com que o índice de mortalidade infantil seja bastante alto entre os índios: 785 crianças morreram em 2014.

Cumpre observar que a maior parte dos assassinatos (25 de um total de 70) e dos suicídios (48 de um total de 135) se deu em Mato Grosso do Sul. A região lidera as estatísticas da violência em virtude dos muitos conflitos por terra e da vigência, em determinadas regiões, de uma cultura de ódio contra os povos indígenas. Por conta da gravidade deste caso, estamos convidando uma liderança indígena local.

Exatamente por conta dos múltiplos aspectos da questão estamos sugerindo que o debate seja feito em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação participativa (CLP).

Assim, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**Deputada ERIKA KOKAY**  
PT/DF

**Deputada JANETE CAPIBERIBE**  
PSB/AP